

**PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE
AUTOCARAVANISMO NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO -
INICIO DO PROCEDIMENTO.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Rui Pires, dar início ao procedimento para a elaboração do projeto de Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de Autocaravanismo no concelho de Vila Real de Santo António, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção por escrito, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a elaboração do regulamento, por um período de 30 dias úteis, contados a partir da data da presente deliberação.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião
de 17 JUL 2018

N.º Propostas/2018/214

ASSUNTO:

Projeto de Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de Autocaravanismo no concelho de Vila Real de Santo António - Início do Procedimento

CONSIDERANDO QUE:

O Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua atual redação, estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos;

Nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 1 do referido diploma legal, integram a categoria de empreendimento turístico: g) Parques de campismo e de caravanismo;

Na SECÇÃO IX do CAPÍTULO II do mesmo diploma, dedicada ao Parques de campismo e de caravanismo, no artigo 19.º, refere-se expressamente que: os parques de campismo e de caravanismo podem destinar-se exclusivamente à instalação de um dos tipos de equipamento referidos no n.º 1, adotando a correspondente designação.

E, por força do disposto no artigo 22.º que, compete ainda à câmara municipal exercer as seguintes competências especialmente previstas no presente decreto-lei: c) Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos parques de campismo e de caravanismo;

Sendo que, resulta da aplicação do disposto nos artigos 70.º, n.º 1, alínea g) e artigo 72.º do mesmo diploma legal que, a Câmara Municipal é a entidade licenciadora e fiscalizadora dos empreendimentos turísticos de tipo parques de campismo e de caravanismo;

Por outro lado, ao longo dos tempos tem-se assistido a um crescimento gradual de turismo nacional e internacional de autocaravanas no concelho, com os benefícios e constrangimentos próprios da atividade, revelando-se imperioso regulamentá-la;

Um das principais preocupações é evitar os parqueamentos selvagens, em especial as que estão junto à costa, salvaguardando assim a proteção do meio ambiental e do interesse público.

De acordo com alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do município;

Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o início do procedimento é publicitado na Internet, no Sítio institucional da entidade pública, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessado e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

- Dar início ao procedimento para a elaboração do projeto de Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de Autocaravanismo no concelho de Vila Real de Santo António, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, devendo os interessados constituírem-se como tal, manifestando a sua intenção por escrito, em requerimento dirigido ao



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Presidente da Câmara Municipal, a fim de apresentarem os seus contributos para a elaboração do regulamento, por um período de 15 dias úteis, contados a partir da data da presente deliberação.

Vila Real de Santo António, 13 de Julho de 2018

O Vereador do Pelouro,
no uso de competência delegada
por despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal,
datado de 23 de Outubro de 2017,



Rui Carlos Pinto Pires